

ENTRE DESIGUALDADES E INTERDEPENDÊNCIAS

Territórios do Cuidado como Estratégia de Transformação

BETWEEN INEQUALITIES AND INTERDEPENDENCIES
Territories of Care as a Strategy for Transformation

Norma Gislene Urban Gomes¹

Resumo

Este artigo analisa a incorporação da perspectiva dos Territórios do Cuidado na produção habitacional e no planejamento urbano brasileiro, articulando debates do urbanismo feminista com críticas às políticas habitacionais orientadas pelo mercado. Argumenta-se que o modelo dominante — baseado na propriedade privada individual, na padronização tipológica e na dissociação entre moradia e cidade — resulta em territórios precarizados e desiguais, especialmente para mulheres. Partindo da análise documental de iniciativas desenvolvidas por Fiocruz Brasília, Instituto Pólis e LabCidade/FAU-USP, o estudo identifica práticas que reposicionam o cuidado como infraestrutura urbana e como categoria política capaz de reorientar o planejamento territorial. Os resultados evidenciam que a centralidade do cuidado permite reconstruir vínculos comunitários, fortalecer a participação feminina e ampliar o sentido público da moradia, apontando para um urbanismo cooperativo que integra vida cotidiana, interdependências e justiça espacial. Conclui-se que os *Territórios do Cuidado* constituem campo emergente capaz de redefinir a habitação como infraestrutura social. Palavras-chave: Território do Cuidado; urbanismo feminista; justiça espacial.

Abstract

This article examines how the perspective of Care Territories has been incorporated into Brazilian housing production and urban planning, connecting feminist urbanism debates with critiques of market-driven housing policies. It argues that the dominant model—based on private property, typological standardization, and the separation between housing and the city—produces precarious and unequal territories, particularly affecting women. Through documentary analysis of initiatives developed by Fiocruz Brasília, Instituto Pólis, and LabCidade/FAU-USP, the study identifies practices that reposition care as urban infrastructure and as a political category capable of reshaping territorial planning. The findings show that placing care at the center strengthens community ties, enhances women’s participation, and expands the public meaning of housing, pointing toward a cooperative urbanism that integrates everyday life, interdependencies, and spatial justice. The article concludes that Care Territories represent an emerging field capable of redefining housing as essential social infrastructure.

Keywords: Care Territories; feminist urbanism; space justice.

Introdução

Nas últimas décadas, a produção habitacional voltada à população de baixa renda na América Latina foi progressivamente incorporada à lógica do mercado, configurando um processo de mercantilização que redefiniu o papel do Estado. Este processo não é apenas um fenômeno econômico isolado, mas uma manifestação central do Capitaloceno nas cidades, onde a reprodução da vida é sistematicamente subordinada à acumulação de capital e ao urbanismo extrativista. Como destaca Rolnik (2015, p. 65), “o Estado deixou de ser o produtor direto da moradia para se tornar o agente que organiza, regula e financia o mercado habitacional por meio de subsídios e incentivos à demanda”. No contexto brasileiro, essa inflexão consolidou um modelo de política habitacional ancorado na propriedade privada individual, na homogeneização tipológica e na dissociação entre o direito à moradia e o direito à cidade, produzindo territórios periféricos marcados pela segregação socioespacial e pela precarização das condições urbanas.

Partindo desse diagnóstico, este artigo propõe um avanço teórico no debate sobre os Territórios do Cuidado, articulando-o de modo inédito à política habitacional brasileira e às dinâmicas urbanas contemporâneas. Diferentemente das formulações já consolidadas — que abordam o cuidado, sobretudo, no campo da saúde pública e da assistência social (Leite; Santoro, 2022) —, este estudo argumenta que a noção de Territórios do Cuidado pode constituir uma categoria analítica fundamental para repensar a habitação popular como infraestrutura da vida. Assim, a habitação é compreendida não apenas como uma unidade edificada, mas como um espaço ampliado de reprodução social e de mediação entre o doméstico e o urbano.

Teoricamente, o artigo avança em duas direções complementares. Primeiro, propõe um novo enquadramento conceitual dos *Territórios do Cuidado*, integrando o campo do urbanismo feminista à crítica das políticas habitacionais de interesse social. Essa articulação permite tensionar o modelo de produção habitacional dominante, ainda fortemente pautado por uma racionalidade corporativa (Somekh; Fregonezi e Del’Arco, 2024), e evidenciar a necessidade de um urbanismo cooperativo, centrado no cuidado e na corresponsabilidade territorial. Segundo, apresenta uma sistematização crítica de experiências empíricas — como os projetos *Territórios de Cuidado* e *Territórios Saudáveis e Sustentáveis* (Fiocruz Brasília), as ações de urbanização participativa do Instituto Pólis e as pesquisas do LabCidade — que ilustram caminhos concretos para a incorporação de práticas de cuidado na escala territorial.

Ao articular reflexão conceitual e análise empírica, o artigo busca deslocar o debate da habitação enquanto produto de mercado para a habitação enquanto infraestrutura social do cuidado. Esse deslocamento teórico reforça a compreensão de que os espaços domésticos e urbanos são dimensões interdependentes da reprodução social, e que políticas habitacionais sensíveis ao gênero constituem instrumentos essenciais para a construção de cidades mais justas, cooperativas e responsáveis (Rolnik, 2015; Somekh, Fregonezi e Del’Arco, 2024).

A produção habitacional dominante na América Latina, estruturada sob a lógica de mercado e orientada pela propriedade privada individual, tem se mostrado incapaz de responder às complexas dinâmicas que compõem a vida cotidiana nas cidades. Como observa Santoro (2019a, p. 42), “a cidade é produzida segundo uma racionalidade econômica que ignora a reprodução da vida e os trabalhos do cuidado que a sustentam”, o que evidencia uma desconexão entre as formas de provisão habitacional e as necessidades concretas dos sujeitos que as habitam — especialmente das mulheres.

¹ Pós Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGFAU-MAC), Doutora pelo mesmo programa (2023), Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGUFU 2009), Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP 1993).

No contexto brasileiro, essa lógica se manifesta em um modelo de urbanismo corporativo, em que o planejamento urbano é capturado por interesses privados e financeiros, reproduzindo desigualdades e limitando o acesso equitativo à cidade. Somekh, Fregonezi e Del'Arco (2024, p. 202) observam que “o urbanismo corporativo reduz o espaço urbano a um ativo econômico, deslocando o interesse público e despolitizando o planejamento”, o que reforça a dissociação entre políticas habitacionais e justiça social. Em contraposição, os autores propõem a construção de um urbanismo cooperativo, orientado pela corresponsabilidade entre Estado, sociedade civil e comunidades locais, no qual “a gestão urbana se ancora em processos participativos, solidários e inclusivos, capazes de reconstruir o sentido público do território” (Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024, p. 210). Essa perspectiva aproxima-se das práticas feministas do cuidado, ao reconhecer o território como espaço de reprodução da vida e de interdependência coletiva. Assim, no caso brasileiro, a persistente “cegueira de gênero” nas políticas urbanas e habitacionais reforça um padrão de moradia socialmente inadequado e territorialmente segregado, contribuindo para a reprodução das desigualdades históricas e para a manutenção de uma urbanização excludente (Rolnik, 2015).

Como afirmam Muxí Martínez et al. (2011, p. 12), “a perspectiva de gênero no urbanismo revela como o espaço é produzido a partir de uma visão parcial do mundo, que privilegia o produtivo em detrimento do reprodutivo, invisibilizando as tarefas do cuidado e as experiências femininas da cidade”. Essa observação é central para compreender por que a habitação, quando planejada sem essa lente, tende a perpetuar desigualdades e afastar o cotidiano da política urbana.

Nesse cenário, as especificidades de gênero – sobretudo as experiências e responsabilidades das mulheres com o trabalho de cuidado – foram sistematicamente ignoradas pelas políticas públicas e pela lógica de mercado. Como resultado, a produção habitacional hegemônica tem contribuído para a reprodução de desigualdades, afetando de forma mais aguda mulheres negras, periféricas e chefes de família.

A partir do estudo de caso dos *Territórios do Cuidado*, busca-se compreender como práticas urbanas que centralizam o cuidado e a participação das mulheres podem oferecer alternativas relevantes para a produção de moradia mais pertinente, justa e adequada às necessidades reais dos territórios populares.

Diante disso, vêm ganhando visibilidade propostas que articulam urbanismo feminista, direito à moradia e justiça espacial a partir da centralidade dos cuidados. Entre elas, destacam-se as iniciativas que têm sido identificadas e mobilizadas sob o conceito de Territórios do Cuidado. Essa abordagem compreende o território como espaço onde se reproduz a vida e onde os fluxos do cuidado – cuidar de si, de outras pessoas, e do ambiente – devem ser reconhecidos, valorizados e incorporados às estratégias de planejamento urbano e habitacional (Leite; Santoro, 2022; Instituto Pólis, 2021).

No Brasil, experiências como as desenvolvidas pelo Instituto Pólis², o LabCidade/FAU-

USP³ e o Observatório das Metrópoles⁴ entre outros, têm contribuído para sistematizar e promover práticas que reposicionam o cuidado como categoria analítica e política.

Por meio de oficinas com mulheres moradoras de periferias urbanas, caminhadas exploratórias e mapeamentos afetivos, esses projetos vêm evidenciando como a produção habitacional e a organização do espaço urbano impactam diretamente as rotinas de cuidado: longos deslocamentos, ausência de equipamentos públicos de saúde e educação próximos, insegurança nas ruas e moradias precárias que não acolhem os ciclos da vida (LabCidade, 2020; Observatório das Metrópoles, 2021).

Essas instituições vêm oferecendo caminhos concretos para a formulação de uma política habitacional mais pertinente interseccional e atenta às dinâmicas cotidianas dos territórios populares. Seus estudos e práticas demonstram que a habitação não pode ser compreendida apenas como provisão de unidades habitacionais, mas como parte de uma rede integrada de infraestruturas urbanas, equipamentos públicos, serviços de cuidado e redes comunitárias, fundamentais para garantir a qualidade de vida, justiça espacial e equidade de gênero.

Tais iniciativas apontam para novas formas de gestão da moradia, baseadas na participação direta das mulheres, no planejamento comunitário e em propostas que consideram o tempo, o território e os vínculos sociais como elementos estruturantes da política habitacional. Em vez de reproduzir a moradia como um produto padronizado e mercantil, essas práticas propõem que ela seja entendida como infraestrutura de cuidado, o que inclui: localização próxima a serviços essenciais, desenho arquitetônico sensível às necessidades intergeracionais, e acesso à mobilidade e segurança urbana (Leite; Santoro, 2022; UN-Habitat, 2013).

Compreender a habitação como infraestrutura de cuidado significa reconhecê-la como parte de uma rede integrada de serviços, equipamentos públicos e vínculos comunitários fundamentais para a reprodução social. Ao deslocar a dicotomia público-privado, a perspectiva dos Territórios do Cuidado evidencia que o trabalho de cuidado — historicamente confinado ao âmbito doméstico — constitui também uma dimensão essencial da cidade. Falú (2009, p. 310) argumenta que “as cidades são espaços atravessados por relações de poder que definem quem pode circular, usar e se apropriar de seus territórios”, e, portanto, pensar o urbano desde as mulheres implica reconhecer o cuidado como prática política e territorial. Incorporar essa visão à produção habitacional significa compreender as mulheres não apenas como destinatárias de programas de moradia, mas como sujeitas ativas na concepção, construção e gestão de seus territórios de vida (Falú, 2009; Santoro, 2019b).

Reconhecer que a habitação é também uma política de gênero e que sua configuração influencia diretamente a autonomia econômica, social e política das mulheres torna possível que, “a perspectiva de gênero no urbanismo propõe compreender e projetar a cidade a partir das necessidades reais da vida cotidiana, incorporando o cuidado como princípio estruturador” (Muxí Martínez et al., 2011, p. 14). Tal abordagem desloca o

2 O Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais é uma organização da sociedade civil (OSC) de atuação nacional, constituída como associação civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista.

3 Laboratório de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo da FAUUSP (LABFAU) é um espaço institucional do Departamento de História que promove a discussão e o intercâmbio de pesquisas na área de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo. Criado em 1995, o Laboratório estimula estudos nas fronteiras da arquitetura e urbanismo em torno de questões postas pela sociedade, a economia e a cultura no passado e no presente. Congrega professores, estudantes e pesquisadores em projetos de pesquisa multidisciplinares e interinstitucionais.

4 Observatório das Metrópoles é um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) que trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios.

foco do espaço abstrato para o espaço vivido, permitindo pensar políticas habitacionais que articulem infraestrutura, trabalho e reprodução social.

Além disso, ao tratar as moradias populares e os espaços que estas ocupam no território como partes de uma rede ampliada de cuidado, o urbanismo feminista encontra um campo fértil para questionar e reconfigurar as fronteiras entre o público e o privado, aproximando as experiências cotidianas das mulheres das agendas de planejamento urbano. Essa abordagem permite compreender a habitação não apenas como um bem físico, mas como infraestrutura social indispensável à reprodução da vida e à equidade de gênero.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo articula procedimentos qualitativos de caráter exploratório e analítico, orientados pelo objetivo de compreender como diferentes instituições brasileiras têm incorporado a perspectiva dos Territórios do Cuidado em suas práticas e proposições urbanas. A pesquisa fundamenta-se na análise documental, em diálogo com referenciais feministas do urbanismo, da geografia crítica e dos estudos do cuidado, que concebem o território como construção social, relacional e política (Falú, 2009; Muxí, 2023a; Mazzola, 2023).

O corpus empírico foi composto por documentos institucionais, relatórios técnicos, materiais metodológicos e produções acadêmicas publicadas por três instituições-chave: Fiocruz Brasília, Instituto Pólis e LabCidade/FAU-USP. A seleção considerou iniciativas que abordam diretamente a articulação entre cuidado, planejamento urbano e políticas territoriais, bem como aquelas que explicitam práticas participativas, dinâmicas comunitárias e formas de gestão que reconhecem a reprodução da vida como eixo estruturante do espaço urbano. Esses materiais foram coletados em seus websites oficiais, repositórios institucionais, dossiês temáticos e publicações associadas às ações mapeadas, entre Maio e Junho de 2025.

Além disso, os documentos foram analisados por meio de técnicas de análise temática, buscando identificar categorias recorrentes, tais como: práticas territoriais de cuidado, redes comunitárias, participação social, infraestrutura social, conflitos urbanos e dimensões de gênero do território. A análise articulou esses elementos com a literatura especializada sobre cuidado como categoria política e urbana (Fisher; Tronto, 1990; The Care Collective, 2020; Santoro, 2019a).

A escolha por uma abordagem qualitativa e documental justifica-se pela natureza das questões analisadas, que envolvem práticas sociais, processos institucionais e experiências territoriais que não podem ser plenamente captadas por métodos quantitativos tradicionais. Ao trabalhar com a perspectiva feminista do urbanismo — que enfatiza a centralidade da vida cotidiana, das interdependências e da produção social do espaço — torna-se fundamental privilegiar metodologias capazes de revelar significados, sentidos e disputas que atravessam as práticas urbanas (Rolnik, 2015; Falú, 2023a).

Além disso, a análise dessas instituições específicas permite compreender como diferentes agentes — acadêmicos, gestores públicos e organizações da sociedade civil — vêm tensionando o paradigma dominante do planejamento urbano, tradicionalmente ancorado na lógica da mercadoria, da técnica e do imperativo da infraestrutura dura. Nesse sentido, o enfoque documental possibilita identificar convergências, divergências e inovações metodológicas que vêm moldando um campo emergente de produção urbana centrado no cuidado, contribuindo para o avanço teórico-político da agenda das

cidades cuidadoras.

A partir do material analisado, foi construído um quadro apresentado no artigo, que sintetiza informações referentes a:

- (a) territorialidades envolvidas;
- (b) ações desenvolvidas;
- (c) metodologias utilizadas;
- (d) públicos envolvidos;
- (e) princípios de cuidado identificados;
- (f) impactos e limitações.

A sistematização buscou tornar visíveis os modos como cada iniciativa concretiza o cuidado como prática territorial e como categoria analítica. O quadro funciona, portanto, como instrumento interpretativo, permitindo observar padrões, singularidades e contribuições específicas para o debate sobre *Territórios do Cuidado* e sua incorporação nas políticas urbanas brasileiras (Instituto Pólis, 2021; LabCidade, 2020).

Territórios do Cuidado

Ao compreender o cuidado como uma noção multidimensional, intrinsecamente vinculada a outros direitos sociais — como educação, saúde, segurança social, moradia e o próprio direito à cidade — torna-se evidente que sua incorporação às políticas públicas não pode ser tratada como responsabilidade isolada de um único setor governamental. Pelo contrário, os cuidados requerem uma abordagem intersetorial, capaz de transversalizar ações e orientações no conjunto das instituições públicas, integrando-os aos processos de planejamento e orçamento estatal (Batthyany, 2013; Batthyány; Perrota, 2023).

Nessa perspectiva, observa-se que, há pelo menos uma década, diferentes países e governos locais têm avançado na formulação e implementação de sistemas de cuidado.

conjunto de políticas destinadas a concretizar uma nova organização social dos cuidados, com o objetivo de atender e apoiar pessoas que deles necessitam, bem como reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado — atualmente realizado majoritariamente por mulheres (Cepal; ONU Mujeres, 2021, p. 23).

Tais políticas devem ser implementadas mediante articulação interinstitucional, com enfoque centrado nas pessoas, cabendo ao Estado garantir o acesso ao direito ao cuidado. Esse modelo baseia-se na corresponsabilidade social — envolvendo sociedade civil, setor empresarial e famílias — e na perspectiva de gênero.

A implantação do Sistema pressupõe gestão intersetorial e desenvolvimento gradual de seus componentes: serviços, regulações, formação, produção e gestão de informações e conhecimentos, além de estratégias de comunicação que promovam mudança cultural e respeitem a diversidade cultural e territorial (Cepal; ONU Mujeres, 2021, p. 23).

A incorporação dessa discussão ao debate urbano reforça a necessidade de conceber as cidades como espaços corresponsáveis pela sustentação da vida cotidiana. Ao reconhecer que a organização espacial pode ampliar ou reduzir desigualdades de gênero, o enfoque dos sistemas de cuidado contribui para evidenciar como políticas

urbanas, de mobilidade, habitação e infraestrutura precisam integrar o cuidado como princípio estruturante, promovendo cidades mais justas e inclusivas.

O termo Territórios do Cuidado se refere a uma abordagem territorial que coloca o cuidado no centro da vida urbana, compreendendo-o como infraestrutura fundamental à reprodução da vida e à sustentabilidade dos espaços urbanos. Mais do que uma noção abstrata, esses territórios são definidos por práticas cotidianas de cuidado realizadas majoritariamente por mulheres – cuidar de crianças, idosos, pessoas com deficiência, da casa, do entorno e da comunidade – e por arranjos coletivos que sustentam essas atividades.

De acordo com Leite e Santoro (2022), pensar o cuidado como categoria territorial significa reconhecer os fluxos, tempos e relações que estruturam o cotidiano das mulheres nas cidades, geralmente invisibilizadas pelas políticas urbanas e habitacionais tradicionais. Assim, os territórios do cuidado não são apenas espaços físicos, mas também campos de disputa política, onde se manifesta a resistência à lógica dominante que dissocia a habitação das condições reais da vida.

O conceito emerge do encontro entre o urbanismo feminista e os movimentos urbanos por justiça social, especialmente na América Latina. Sua formulação mais recente tem sido articulada por organizações como o Instituto Pólis e o LabCidade/FAU-USP, que, a partir da escuta de mulheres periféricas e lideranças comunitárias, propuseram uma crítica radical às formas como a cidade é planejada e construída (Instituto Pólis, 2021; LabCidade, 2020).

Uma cidade mais igualitária resultaria da implementação de ações que permitam satisfazer as necessidades reprodutivas e de cuidado que são hoje experiências das mulheres, fazendo possível o intercâmbio entre uns tipos de espaços e outros, e que não enclausurem certos tipos de atividade em alguns espaços e outros em espaços diferentes. Um planejamento urbano com a perspectiva feminista será aquele capaz de construir o espaço da cidade como algo heterogêneo, complexo e múltiplo, capaz de absorver a diversidade humana, e todas as atividades em condições de igualdade (Gomes, 2023).

Esses movimentos partem do entendimento de que as políticas públicas e os projetos urbanos hegemônicos ignoram sistematicamente os papéis sociais atribuídos às mulheres e suas necessidades específicas no território. Ao mesmo tempo, são justamente as mulheres – sobretudo as mulheres negras e periféricas – que garantem, através do cuidado, a manutenção das redes comunitárias, o funcionamento do espaço doméstico e o suporte à vida urbana (Falú, 2009).

Nesse sentido, os *Territórios do Cuidado* são tanto denúncia quanto proposição: denunciam a omissão estrutural das políticas públicas frente à divisão sexual e racial do trabalho e propõem uma reconfiguração do planejamento urbano centrada na reprodução social, na solidariedade e na coletividade.

O urbanismo feminista tensiona o modelo hegemônico ao revelar como o planejamento tradicional privilegia o espaço produtivo em detrimento do reprodutivo. No contexto do Capitaloceno, essa cegueira de gênero funciona como uma tecnologia de invisibilização do trabalho que sustenta o próprio sistema. Os *Territórios do Cuidado* propõem, portanto, uma ruptura ontológica: o cuidado deixa de ser um atributo privado e doméstico para tornar-se uma função pública e política inscrita no território. Isso implica reconhecer que a moradia é indissociável de uma rede integrada de serviços, equipamentos e vínculos comunitários que garantem a sustentabilidade social.

A crescente articulação entre o urbanismo feminista e os debates sobre produção habitacional tem tensionado os limites da política urbana tradicional. Enquanto o modelo dominante de produção da moradia se ancora na lógica da propriedade privada, da mercantilização do solo e da padronização tipológica, as abordagens feministas propõem uma moradia como infraestrutura de cuidado – um espaço situado, plural, afetivo e funcional às múltiplas tarefas que sustentam a vida.

Essa perspectiva exige um redesenho da política habitacional: desde a localização das moradias (próxima a equipamentos de saúde, educação, transporte e apoio comunitário), até o desenho dos espaços domésticos e coletivos (que contemplem as relações intergeracionais, espaços de convivência e suporte mútuo). Além disso, demanda que as mulheres participem ativamente da gestão dos territórios e do planejamento das cidades, não apenas como usuárias, mas como agentes produtoras do espaço (Santoro, 2019b; UN-Habitat, 2013).

Em oposição ao paradigma da propriedade e da verticalização financeira da moradia (Rolnik, 2015), o urbanismo feminista propõe práticas colaborativas, ancoradas na escuta, na participação direta e em formas coletivas de gestão territorial (Gomes, 2023). Essa articulação tem se traduzido em experiências concretas, como ocupações urbanas lideradas por mulheres, mutirões autogestionários, planos populares e a consolidação dos chamados *Territórios do Cuidado* como alternativa política, urbana e afetiva.

No contexto latino-americano, onde o déficit habitacional atinge especialmente as mulheres pobres, negras e periféricas, a proposta dos *Territórios do Cuidado* oferece uma alternativa crítica e transformadora. Ela articula questões de gênero, raça, classe e território, propondo uma abordagem integrada e interseccional que desafia as formas hegemônicas de produção habitacional. Ao trazer o cuidado para o centro do planejamento, esses territórios lançam as bases para uma cidade mais justa, equitativa e habitável (Rolnik, 2015).

Gestão habitacional e a cegueira de gênero

As políticas habitacionais no Brasil têm historicamente tratado a moradia como um bem imobiliário, descolado das práticas sociais cotidianas. Esse modelo ignora os impactos urbanos e sociais do cuidado – um conjunto de atividades indispensáveis à reprodução da vida, como cuidar de crianças, idosos, doentes e da casa, quase sempre realizados por mulheres (Falú, 2009).

A ausência de equipamentos urbanos próximos, a insegurança dos trajetos e a inadequação dos espaços domésticos são exemplos de como a gestão habitacional tradicional desconsidera os tempos e circuitos do cuidado (Santoro, 2019b). Isso resulta em habitações pouco pertinentes para suas usuárias, que enfrentam jornadas exaustivas entre trabalho, deslocamento e cuidado sem apoio institucional.

A produção habitacional voltada para a população de baixa renda no Brasil, tradicionalmente estruturada sob a lógica da massificação e da padronização de unidades habitacionais, apresenta implicações que vão além do déficit numérico de moradias. Quando analisada a partir da perspectiva de gênero, evidencia-se que tais políticas e programas frequentemente ignoram as dinâmicas cotidianas associadas ao trabalho reprodutivo e do cuidado, majoritariamente desempenhado por mulheres.

Essa omissão tem efeitos concretos na qualidade de vida e na equidade urbana. Ao desconsiderar a centralidade do cuidado no planejamento habitacional, reproduzem-se

padrões espaciais que aprofundam desigualdades já existentes, como a precariedade do acesso a equipamentos públicos, transporte, serviços de saúde e educação. Isso significa que, embora tais empreendimentos cumpram uma função quantitativa de provisão habitacional, qualitativamente contribuem para perpetuar a sobrecarga das mulheres, que permanecem responsáveis por trajetórias urbanas fragmentadas e pouco reconhecidas pelas políticas públicas.

Em termos mais amplos, a ausência de uma perspectiva de gênero na produção habitacional reforça a segregação socioespacial, naturaliza a invisibilidade do trabalho de cuidado e limita as possibilidades de construção de cidades mais inclusivas e democráticas. Incorporar a perspectiva de gênero ao planejamento habitacional, portanto, implica não apenas repensar tipologias arquitetônicas e localizações urbanas, mas também reconhecer a moradia como infraestrutura fundamental para a reprodução da vida, articulada a políticas de mobilidade, saúde, educação e justiça espacial.

A ambiguidade dos impactos dos programas habitacionais revela que a moradia não deve ser reduzida à provisão de quatro paredes e um teto. Para que a habitação se torne efetivamente um vetor de equidade de gênero, é imprescindível que os programas avancem em três direções centrais: integração, participação e sensibilidade de gênero. A provisão habitacional deve ser acompanhada de creches, escolas, postos de saúde, praças, comércio de proximidade e transporte público, articulando moradia e infraestrutura urbana; as mulheres precisam ser incluídas desde a concepção dos projetos, garantindo que os espaços atendam às demandas concretas do cuidado; e, sobretudo, é necessário reconhecer que a habitação é também uma política de gênero, cuja configuração influencia diretamente a autonomia econômica, social e política das mulheres (Instituto Pólis, 2021). Nesse sentido, “a perspectiva de gênero no urbanismo propõe compreender e projetar a cidade a partir das necessidades reais da vida cotidiana, incorporando o cuidado como princípio estruturador” (Muxí Martínez et al., 2011, p. 14). Tal abordagem desloca o foco do espaço abstrato para o espaço vivido, permitindo pensar políticas habitacionais que articulem infraestrutura, trabalho e reprodução social em um mesmo horizonte de justiça urbana.

As infraestruturas de cuidado constituem uma resposta material destinada a abrigar, garantir, oferecer e/ou melhorar as condições do cuidado (Mazolla, 2023). Compreendem todo tipo de infraestrutura voltada a assegurar o bem-estar e o exercício efetivo dos direitos tanto de quem recebe cuidados diretos quanto de quem os oferece — em sua maioria mulheres, frequentemente não remuneradas ou inseridas em condições laborais precárias (Mazolla, 2023; Falú, 2023a).

O objetivo dessas infraestruturas é reduzir as desigualdades de gênero relacionadas ao tempo e aos recursos destinados ao cuidado, possibilitando que as mulheres tenham condições de desenvolver outras atividades. A partir de uma perspectiva de gênero interseccional, esse tipo de equipamento contribui para a redistribuição social no território, promove maior equidade e democratiza as responsabilidades associadas ao cuidado.

Em contrapartida, a ausência dessas infraestruturas — ou a desigualdade no acesso aos serviços de cuidado — impacta negativamente as mulheres, restringindo sua autonomia e participação plena na vida social e econômica (Falú, 2023a). Essa relação entre infraestrutura, espaço urbano e desigualdades de gênero pode ser analisada a partir de três dimensões fundamentais, que se articulam, o material, o social e o político do cuidado.

A análise das infraestruturas do cuidado a partir da perspectiva de gênero interseccional pode ser organizada em três dimensões fundamentais: a material-espacial, a social-

relacional e a política-institucional (Mazolla 2023; Falú, 2023).

1. Dimensão material-espacial- Esta dimensão refere-se à materialidade das infraestruturas — creches, centros de convivência, cozinhas comunitárias, equipamentos de saúde e mobilidade — e à sua localização no território urbano. A ausência ou a má distribuição desses equipamentos reforça a segregação espacial e sobrecarrega as mulheres, que passam a depender de longos deslocamentos para realizar tarefas de cuidado. Assim, a proximidade e acessibilidade dessas infraestruturas tornam-se fatores determinantes na redução das desigualdades urbanas e na qualidade da vida cotidiana.

2. Dimensão social-relacional- O cuidado não é apenas uma prática individual, mas uma rede de relações sociais que conecta famílias, vizinhanças e comunidades. As infraestruturas do cuidado, quando bem planejadas, favorecem a reconstrução dos laços comunitários, a cooperação entre mulheres e a formação de redes solidárias. Ao transformar o cuidado em uma responsabilidade compartilhada, o território passa a ser compreendido como um espaço de reciprocidade e suporte coletivo, e não como uma extensão do trabalho doméstico privado (Falú, 2023a).

3. Dimensão política-institucional- Por fim, essa dimensão envolve o reconhecimento do cuidado como uma questão de justiça urbana e de política pública. Significa deslocar o cuidado da esfera privada para o centro da agenda de planejamento urbano e habitacional, garantindo que o Estado, o mercado e a sociedade civil compartilhem responsabilidades de forma equitativa. Conforme Mazzola (2023) argumenta, incorporar o cuidado à política urbana é “feminizar a cidade”, no sentido de reorganizar prioridades, orçamentos e estruturas de gestão para colocar a sustentabilidade da vida no centro da produção do espaço.

Em conjunto, essas três dimensões evidenciam que o cuidado, longe de ser uma prática invisível e desvalorizada, constitui um eixo estruturante da justiça espacial e social. As infraestruturas do cuidado, portanto, não apenas respondem a necessidades cotidianas, mas reconfiguram o modo como pensamos e habitamos a cidade, abrindo caminho para um urbanismo feminista e inclusivo.

Novos desafios e a intensificação do cuidado

Paradoxalmente, a conquista de uma moradia digna, embora represente um avanço material e simbólico fundamental, também pode introduzir novas tensões na vida cotidiana das cuidadoras. Diversos estudos sobre a política habitacional brasileira — particularmente o programa Minha Casa, Minha Vida — evidenciam que o acesso à moradia não garante, por si só, uma melhoria integral nas condições de vida das mulheres (Rolnik, 2015; Santoro, 2019b).

Um dos primeiros efeitos observados é o aumento do custo de vida doméstico. As famílias transferidas de assentamentos informais para conjuntos habitacionais formais passam a assumir gastos com eletricidade, água, transporte e, em muitos casos, taxas de condomínio ou financiamento. Essa mudança econômica gera uma pressão adicional sobre as mulheres, que frequentemente assumem a responsabilidade principal pela gestão financeira do lar, vendo-se obrigadas a combinar o trabalho remunerado com as múltiplas jornadas de cuidado não remunerado.

A isso se soma o isolamento territorial e a perda de redes de apoio. Numerosos conjuntos foram construídos em áreas periféricas, desconectadas dos centros urbanos

e carentes de serviços públicos básicos. A ausência de escolas, unidades de saúde, creches e espaços de convivência comunitária aprofunda a sobrecarga temporal e emocional das mulheres, que precisam se deslocar longas distâncias para satisfazer as necessidades básicas de suas famílias. Esse fenômeno, que Muxí Martínez et al. (2011) descrevem como consequência do *urbanismo não cuidado*, revela como a configuração espacial da moradia pode reproduzir desigualdades de gênero, ao invisibilizar o trabalho cotidiano que sustenta a vida.

Outro aspecto crucial é o desenho arquitetônico insensível ao cuidado. A padronização das plantas, orientada por critérios de custo e repetição, ignora as dinâmicas das famílias reais e suas necessidades de interação, descanso e acompanhamento. Cozinhas isoladas da área social, falta de espaços comuns e ausência de áreas de encontro no bairro dificultam a criação de redes comunitárias que poderiam redistribuir as tarefas de cuidado e fortalecer os vínculos sociais (Muxí Martínez et al., 2011; Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024).

Por fim, a pressão social e o endividamento emergem como novas formas de vulnerabilidade. A casa própria, símbolo de ascensão e estabilidade, torna-se também fonte de ansiedade diante da possibilidade de inadimplência ou perda do bem. As mulheres, em seu papel de administradoras do lar, enfrentam assim uma tensão permanente entre o orgulho da conquista e o peso da responsabilidade econômica e emocional que ela implica.

Em suma, o impacto das políticas habitacionais populares é ambivalente: no plano doméstico, pode aliviar o esforço físico e melhorar o bem-estar; mas no plano territorial, pode reforçar o isolamento e a desigualdade. Esse duplo efeito exige repensar a moradia como um dispositivo territorial do cuidado, no qual a infraestrutura urbana, a participação social e o desenho sensível ao gênero se articulem de maneira integrada. Só assim a moradia poderá consolidar-se como instrumento de justiça espacial e equidade de gênero (Instituto Pólis, 2021).

Rumo a uma política habitacional do cuidado

Avançar para uma política habitacional do cuidado implica transformar profundamente os paradigmas que orientam a produção do espaço urbano. Não se trata apenas de incluir as mulheres como beneficiárias ou participantes de programas de moradia, mas de reconhecer o cuidado como princípio estruturador do planejamento urbano e da justiça espacial.

No contexto brasileiro, diversas iniciativas começaram a ensaiar esse giro epistemológico. Experiências como os projetos *Territórios do Cuidado* e *Territórios Saudáveis e Sustentáveis* da Fiocruz Brasília, os processos participativos do Instituto Pólis e as pesquisas do LabCidade/FAU-USP oferecem exemplos concretos de como o cuidado pode materializar-se em políticas urbanas integradas.

O projeto Territórios do Cuidado, desenvolvido pela Fiocruz, propõe uma metodologia de formação-ação que combina pesquisa, educação popular e práticas comunitárias. Em seus workshops e módulos de aprendizagem, as mulheres de territórios vulneráveis são reconhecidas como sujeitos de conhecimento, cujas experiências de vida constituem insumos legítimos para a formulação de políticas públicas. Essa abordagem rompe com a visão assistencialista e promove uma redistribuição simbólica do poder, ao legitimar os saberes do cuidado como saberes territoriais.

De forma complementar, o Instituto Pólis impulsionou processos de urbanização participativa em comunidades periféricas, integrando a perspectiva de gênero na

avaliação do ambiente construído. Por meio de caminhadas exploratórias, mapas afetivos e oficinas com mulheres, essas iniciativas revelaram as lacunas entre o planejamento técnico e as necessidades reais da vida cotidiana. Sua contribuição principal é demonstrar que a infraestrutura do cuidado — unidades de saúde, escolas, transporte e espaços públicos seguros — não pode ser considerada um complemento, mas um componente essencial da moradia e da cidade.

Por sua vez, o LabCidade/FAU-USP desenvolveu uma leitura crítica das políticas habitacionais contemporâneas e seus efeitos sobre as redes comunitárias. Seus estudos mostram que políticas baseadas em parcerias público-privadas e lógicas imobiliárias tendem a fragmentar os tecidos sociais e a enfraquecer as infraestruturas de cuidado existentes. Diante desse diagnóstico, o laboratório propõe um enfoque de urbanismo cooperativo, centrado na corresponsabilidade entre Estado, comunidade e território, no qual o cuidado é entendido como prática política e coletiva (Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024).

Essas experiências permitem delinear alguns princípios operacionais para uma política habitacional do cuidado:

1. *Territorialização das políticas públicas* – compreender os bairros como espaços vivos de interdependência, e não como simples unidades estatísticas.
2. *Participação protagônica das mulheres* – inclui-las em todas as fases de concepção, execução e gestão de projetos habitacionais, reconhecendo seu papel central na reprodução social.
3. *Infraestruturas do cuidado* – articular moradia, mobilidade, saúde, educação e espaços de encontro em uma mesma estratégia territorial.
4. *Gestão comunitária e cooperação institucional* – fortalecer redes locais, economias solidárias e alianças entre universidades, movimentos sociais e governos locais.

Adotar esse marco implica *feminizar o urbanismo*, no sentido proposto por Falú (2009) e Mazzola (2023): colocar a sustentabilidade da vida no centro do planejamento, deslocando o foco do valor imobiliário para o valor social do território. Trata-se, em última instância, de passar da cidade mercantil à cidade do cuidado, onde a justiça espacial, a equidade de gênero e a corresponsabilidade coletiva orientem a produção do espaço urbano.

Territórios do Cuidado: um estudo de caso no Brasil

As recentes iniciativas que articulam saúde, habitação e território sob a noção de cuidado — como as promovidas pela Fiocruz Brasília, pelo LabCidade e pelo Instituto Pólis — evidenciam uma inflexão significativa nas políticas urbanas e sociais brasileiras. Mais do que programas pontuais, esses projetos configuram tentativas de reposicionar o território como espaço relacional, no qual práticas cotidianas de cuidado, resistência e pertencimento se tornam componentes centrais da política pública. As experiências da Fiocruz Brasília, do Instituto Pólis e do LabCidade/FAU-USP demonstram que a centralidade do cuidado permite reconstruir o sentido público do território. No entanto, a análise documental revela tensionamentos críticos. No projeto Territórios de Cuidado (Fiocruz), observa-se que o reconhecimento simbólico das lideranças femininas nem sempre se traduz em transformações materiais imediatas no território, expondo a fragilidade na institucionalização de políticas estruturantes. Da mesma forma, as pesquisas do LabCidade sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) evidenciam como a lógica da valorização imobiliária gera deslocamentos forçados que fragmentam as redes

de cuidado preexistentes, revelando o conflito direto entre o urbanismo corporativo e a reprodução da vida.

O projeto *Territórios de Cuidado*, desenvolvido pela Fiocruz Brasília, adota uma abordagem de formação-ação que articula teoria, prática e expressão cultural em territórios vulneráveis. Seus módulos de aprendizagem e atividades coletivas — como momentos de mística, cultura e relatoria — extrapolam a lógica instrumental de capacitação técnica, fomentando um processo de reconhecimento e legitimação de práticas locais de cuidado. A principal contribuição deste projeto reside no fortalecimento da identidade territorial e na ampliação da visibilidade das lideranças comunitárias, sobretudo femininas. Ainda que em fase inicial, os resultados indicam processos de empoderamento e participação social, mas também expõem as limitações estruturais da ação estatal: o reconhecimento simbólico e formativo nem sempre se traduz em transformações materiais no território.

De modo convergente, o projeto *Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Promoção do Cuidado*, também conduzido pela Fiocruz em parceria com o Ministério da Saúde, reforça a importância de uma abordagem intersetorial e participativa. A iniciativa propõe uma territorialização das políticas de saúde, incorporando dimensões de vulnerabilidade social, étnico-racial e de gênero. Ao priorizar territórios do Norte e Nordeste, o programa reconhece explicitamente a geografia da desigualdade brasileira. No entanto, o êxito de sua proposta dependerá da capacidade institucional de sustentar o acompanhamento e o monitoramento em longo prazo, evitando que o discurso da intersetorialidade reduza a retórica tecnocrática.

Em paralelo, o LabCidade/FAU-USP, com o projeto *Territórios Populares: Reestruturação Territorial, Desigualdades e Resistências nas Metrópoles Brasileiras* (2017–2019), oferece uma leitura crítica do urbanismo neoliberal e de suas implicações nas práticas de cuidado e na reprodução da vida. Ao analisar Parcerias Público-Privadas (PPPs) em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, a pesquisa evidencia como essas intervenções — orientadas pela lógica da valorização imobiliária — produzem *territórios da exclusão*: deslocamentos forçados, perda de redes comunitárias e fragilização das infraestruturas cotidianas que sustentam o cuidado social. Nesse sentido, a ausência de uma perspectiva de gênero e de participação efetiva nas decisões urbanas aprofunda desigualdades já consolidadas.

Por fim, o estudo do Instituto Pólis, *Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção*, revisita casos históricos de autogestão e mutirão em São Paulo, como Jardim Icarai e Nossa Senhora Aparecida. Tais experiências demonstram que o envolvimento direto das comunidades nos processos de urbanização não apenas eleva a qualidade das intervenções físicas, mas também reforça laços de solidariedade, pertencimento e autonomia coletiva — dimensões indissociáveis das práticas de cuidado urbano. Ainda assim, o êxito dessas experiências depende da continuidade técnica e financeira, frequentemente interrompida pela descontinuidade das políticas públicas e pela ausência de manutenção estruturada.

Tomadas em conjunto, essas iniciativas permitem reconhecer uma mudança paradigmática na compreensão do território urbano. De mero suporte físico para a política habitacional, o território passa a ser visto como campo de produção social do cuidado — onde mulheres, comunidades e coletivos constroem práticas de sustentação da vida que desafiam a fragmentação urbana e as hierarquias institucionais. Entretanto, a incorporação da perspectiva de gênero e cuidado ainda se dá de forma desigual entre os programas, oscilando entre o reconhecimento simbólico e a efetivação material.

O desafio central que se coloca, portanto, é transformar o cuidado em eixo estruturante

das políticas urbanas, e não apenas em dimensão complementar. Isso implica repensar a própria epistemologia do urbanismo — deslocando o foco da infraestrutura monumental para a infraestrutura do cotidiano, da lógica do investimento para a lógica da reprodução da vida, e da cidade mercadoria para a cidade do cuidado.

Como base nas pesquisas sobre as principais características nas ações e casos de estudos dos *Territórios do Cuidado*, podemos entender algumas práticas de operação dessas iniciativas:

1. Participação Local e Formação de Lideranças – Grande parte dessas iniciativas começa com oficinas, rodas de conversas ou cursos que envolvem lideranças comunitárias. Essas lideranças ajudam a identificar necessidades reais, articular ações e disseminar práticas no território.
2. Intersetorialidade: As ações não são apenas de assistência social: envolvem saúde, educação, cultura, alimentação e mobilidade. A ideia é que o cuidado perpassa diversas esferas da vida, e iniciativas bem-sucedidas integram diferentes políticas públicas e saberes.
3. Visibilidade e Reconhecimento do Cuidado: Práticas que eram invisibilizadas ganham reconhecimento institucional – cozinhas comunitárias, redes de apoio, cuidado não remunerado etc. Editais, políticas municipais, programas públicos são meios para que esse reconhecimento ocorra.
4. Apoio Técnico e Financeiro: Seleção de iniciativas existentes, com apoio técnico, sistematização de processos e mapeamento territorial. Esse apoio permite que iniciativas locais se organizem, planejem e tenham visibilidade.
5. Territórios Específicos (Periferias, comunidades vulnerabilizadas, populações historicamente marginalizadas): As ações se concentram em territórios com menos infraestrutura, onde o cuidado compartilhado com as instituições típico, como creches, escolas, saúde pública, transportes, geralmente é deficitário, e onde mulheres, populações negras, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência etc. são frequentemente invisibilizadas.
6. Avaliação de Resultados e Impacto Simbólico e Prático: Alguns desses programas fazem pesquisas de opinião (como o Favela dos Sonhos), coleta de feedback, monitoramento dos efeitos concretos surgidos com a implementação dos programas (ex: atenção comunitária com as crianças, mudanças de comportamentos, aumento de visibilidade). Isso é importante para legitimar politicamente e retroalimentar as políticas.

Aprofundando a análise dessas iniciativas, realizamos um levantamento sistemático dos dados disponibilizados nos sites das instituições, o que permitiu identificar, comparar e organizar informações relativas aos territórios de atuação, às ações desenvolvidas e aos elementos específicos associados à dimensão do cuidado. A partir desse processo, foi elaborado o quadro a seguir, que sintetiza e categoriza os principais achados. Sua finalidade é tornar visíveis, de forma estruturada, as contribuições de cada iniciativa, facilitando a interpretação comparativa e destacando como diferentes organizações materializam o cuidado como prática urbana e territorial.

Iniciativa / Instituição	Escopo e Abordagem	Metodologia e Estratégias	Efeitos Observados	Limites e Tensões	Potenciais e Contribuições
Projeto Territórios de Cuidado — Fiocruz Brasília	Formação voltada à promoção da saúde e à participação social em territórios vulneráveis.	Módulos integrados de teoria e prática; valorização dos saberes locais; momentos culturais e de mística.	Fortalecimento da identidade territorial, reconhecimento de lideranças e práticas locais de cuidado.	Baixa institucionalização; fragilidade na implementação de políticas públicas estruturantes.	Avanço na produção de metodologias comunitárias de cuidado territorial; influência sobre o SUS.
Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis — Fiocruz Brasília / Ministério da Saúde	Iniciativa intersetorial e participativa voltada à saúde, ambiente e cuidado em 15 territórios (2025–2027).	Oficinas, formação e articulação social com abordagem interseccional (gênero, raça, classe).	Empoderamento comunitário e valorização dos saberes locais; ampliação da ação territorial do SUS.	Implementação em fase piloto; dependência de continuidade institucional.	Integração inovadora entre saúde, ambiente e urbanismo; consolidação de uma <i>governança do cuidado</i> .
LabCidade / FAU-USP — Territórios Populares	Pesquisa crítica sobre PPPs e desigualdades urbanas em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza.	Estudos comparativos; mapeamento de resistências locais e práticas de reapropriação do território.	Denúncia de processos de despossessão e expulsão; visibilização das redes populares de resistência.	Falta de tradução das análises em políticas públicas; risco de captura pelo urbanismo corporativo.	Contribui para a formulação de alternativas cooperativas e antiextrativistas de urbanismo
Instituto Pólis — Urbanização de Favelas (SP)	Ações de autogestão e mutirões de urbanização em favelas (Jardim Icarai e Nossa Senhora Aparecida).	Planejamento participativo; regularização fundiária e infraestrutura de base com protagonismo comunitário.	Melhoria de infraestrutura e fortalecimento do sentimento de pertencimento.	Limitações por escassez de recursos e falta de manutenção prolongada.	Experiência pioneira em urbanismo cooperativo e controle social sobre o território
Prefeitura de Belo Horizonte — Política de Cidades Cuidadoras	Política municipal baseada na transversalidade do cuidado como eixo de gestão urbana.	Planejamento intersetorial entre habitação, saúde, assistência e mobilidade; mapeamento de vulnerabilidades.	Ampliação da abordagem territorial e inclusão de mulheres em espaços decisórios.	Desafios de continuidade política e orçamentária; resistência institucional.	Referência nacional em incorporação do cuidado à política urbana, com potencial de replicabilidade.

De modo geral, os exemplos reunidos no Quadro 1 reforçam que o cuidado é uma dimensão territorial e política cuja incorporação às políticas urbanas requer metodologias intersetoriais, sensibilidade de gênero e mecanismos permanentes de participação social. Em síntese, essas experiências constituem laboratórios vivos de experimentação social, nos quais o território é compreendido como infraestrutura de vida — espaço de produção de vínculos, resistências e alternativas ao urbanismo excludente e patriarcal. Isso confirma formulações recentes que tratam o cuidado como fundamento da justiça espacial e como eixo estruturante das cidades inclusivas (Tronto, 2013; Pérez Orozco, 2014).

O quadro apresentado sistematiza um conjunto de experiências concretas que materializam, em diferentes escalas e contextos, a noção de *Territórios do Cuidado* enquanto categoria analítica e operativa do planejamento urbano feminista. Ao

ênfatar a centralidade da vida cotidiana e das interdependências que sustentam a reprodução social, tais iniciativas aprofundam debates que concebem o cuidado como infraestrutura, como bem comum e como dimensão política do território (Leite; Santoro, 2022; Mazzola, 2023). Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser visto como um trabalho privado e invisibilizado para ser compreendido como função pública e elemento estruturante da organização espacial, demandando políticas urbanas que reconheçam a interdependência entre corpos, espaços e instituições (Alvarez, 2020).

Desenvolvidas por instituições como a Fiocruz, o Instituto Pólis e o LabCidade/FAU-USP, as práticas sistematizadas demonstram que o território não deve ser entendido apenas como suporte físico das políticas públicas, mas como espaço relacional, configurado por vínculos, afetos e práticas coletivas que sustentam a vida (Falú, 2023b; Muxí, 2023b). Essa compreensão encontra respaldo na literatura que discute a importância das geografias feministas e das epistemologias situadas na construção de análises capazes de revelar desigualdades socioespaciais naturalizadas, sobretudo aquelas que recaem sobre as mulheres e sobre outros grupos historicamente marginalizados (Massey, 2005; Haraway, 1988).

Os casos analisados evidenciam, ainda, uma inflexão no paradigma tradicional das políticas urbanas e habitacionais — historicamente centradas na produção material de infraestrutura e no acesso à moradia — em direção a uma abordagem ampliada, que articula saúde, gênero, sustentabilidade, participação social e justiça espacial (Rolnik, 2015; Santoro, 2019b).

O projeto *Territórios de Cuidado*, desenvolvido pela Fiocruz Brasília, demonstra como processos formativos, metodologias de escuta, mobilização comunitária e reconhecimento das práticas locais podem fortalecer redes comunitárias e consolidar o cuidado como princípio organizador das ações territoriais. Nesse sentido, o projeto dialoga com experiências latino-americanas de cuidado comunitário e de feminismo territorial, que entendem o cotidiano como espaço estratégico de resistência e construção de novas institucionalidades (Cepal; ONU Mulheres, 2021; Batthyány; Perrota, 2023).

Já as pesquisas conduzidas pelo LabCidade/FAU-USP e pelo Instituto Pólis aprofundam a dimensão político-estrutural dessa agenda, ao revelar tanto o potencial das ações participativas quanto as contradições persistentes das políticas de urbanização e habitação popular em contextos de desigualdade urbana. Esses estudos demonstram que práticas de cuidado — como o acompanhamento territorializado, a mediação comunitária e o fortalecimento de redes — podem contribuir para tensionar modelos hegemônicos de produção do urbano e ampliar a capacidade de incidência das populações locais (Observatório das Metrópoles, 2021; Instituto Pólis, 2021).

Ao evidenciar que o cuidado opera também como categoria territorial, as experiências sistematizadas no Quadro 1 reforçam a necessidade de incorporar essa dimensão na formulação de políticas urbanas que façam da vida — e não da lógica da eficiência ou da produção imobiliária — o centro das decisões públicas. Essa aproximação entre cuidado e território contribui para expandir o arcabouço teórico e prático do planejamento urbano feminista, fortalecendo abordagens transformadoras que buscam cidades mais democráticas, equitativas e sustentáveis.

Considerações finais

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que os *Territórios do Cuidado* constituem não apenas uma inovação metodológica ou operacional, mas um deslocamento teórico profundo que interpela os fundamentos epistemológicos do planejamento urbano contemporâneo. Ao colocar a reprodução social da vida como eixo estruturante das políticas urbanas, essa abordagem rompe com a racionalidade hegemônica que historicamente orientou a produção do habitat — uma racionalidade que privilegia a propriedade, a mercantilização da terra e a eficiência técnica em detrimento das dinâmicas sociais que sustentam o cotidiano (Rolnik, 2015).

Nesse sentido, como afirma Falú (2023b), pensar o cuidado como categoria urbanística implica reconhecer que sua materialidade territorial é atravessada por marcadores de gênero, raça e classe. Este reconhecimento produz uma inflexão ontológica no campo do urbanismo: desloca-se o centro analítico do urbanismo da mercadoria para um urbanismo da vida (FALÚ, 2023b), provocando uma revisão crítica de premissas consolidadas sobre valor urbano, investimento, gestão e qualidade habitacional. Assim, os *Territórios do Cuidado* não operam como mero complemento às políticas habitacionais tradicionais, mas como instrumento capaz de reformular o próprio sentido político e social da moradia.

Ao compreender o território como infraestrutura da reprodução social, a abordagem aqui analisada redefine categorias tradicionalmente tratadas de forma técnica: a moradia deixa de ser vista como unidade edificada e passa a ser entendida como tecido relacional, sustentado por redes de apoio, serviços públicos, mobilidade cotidiana e espaços de convivência (Mazzola, 2023). Essa reinterpretação abre espaço para discutir justiça espacial a partir da vida concreta das pessoas, e não apenas dos parâmetros urbanísticos ou dos índices de produção habitacional.

As experiências do Instituto Pólis, da Fiocruz Brasília e do LabCidade/FAU-USP demonstram empiricamente essa inflexão. Em todos os casos, práticas centradas no cuidado — como metodologias participativas, escuta territorial, formação de lideranças comunitárias e integração intersetorial de políticas — revelam-se capazes de produzir transformações que extrapolam a dimensão material da moradia. Como observa Santoro (2019b), essas práticas ativam redes locais de corresponsabilidade que ampliam a autonomia das mulheres, fortalecem vínculos comunitários e reorientam a ação estatal segundo prioridades definidas pelos próprios territórios. Trata-se de uma mudança substantiva: o cuidado deixa de ser percebido como atributo privado das famílias e passa a integrar a agenda de planejamento de forma explícita e estruturante.

Por outro lado, os limites das políticas habitacionais tradicionais tornam-se ainda mais evidentes quando contrastados com essas práticas. Como argumenta Rolnik (2015), o urbanismo hegemônico tende a aprofundar desigualdades ao deslocar populações para áreas desprovidas de serviços, fragmentar o cotidiano e reproduzir sobrecargas de cuidado — especialmente entre mulheres pobres e racializadas. Os casos analisados confirmam esse diagnóstico ao mostrarem que, quando a produção habitacional ignora o cuidado como infraestrutura, ela reproduz ciclos de isolamento, precarização e invisibilidade.

Assim, uma política habitacional do cuidado emerge como urgência teórica e prática. Tal política deve articular moradia, transporte, saúde, educação, segurança, lazer e espaços de encontro em uma estratégia territorial integrada (Instituto Pólis, 2021; Somekh; Fregonezi e Del'Arco, 2024). Mais do que um ajuste incremental, trata-se de uma mudança de racionalidade que reconhece — como afirmam autoras feministas — a necessidade de redistribuir socialmente o trabalho do cuidado entre Estado, mercado,

comunidade e famílias (Falú, 2023b).

Dessa forma, avançar em direção a cidades cuidadoras exige não apenas reformular políticas, mas reconfigurar epistemologias. Implica assumir que o cuidado, longe de ser uma categoria periférica, é um princípio organizador da vida urbana e, portanto, do planejamento. Tal perspectiva permite construir cidades que não apenas abrigam corpos, mas sustentam vidas possíveis, fortalecem vínculos e reconhecem as interdependências que constituem o espaço urbano. A transição do urbanismo da mercadoria para um urbanismo da vida enfrenta barreiras estruturais profundas no cenário neoliberal contemporâneo. A implementação de políticas de cuidado em larga escala colide com o imperativo da eficiência fiscal e com a descontinuidade administrativa, que frequentemente interrompe mutirões e projetos de autogestão. Os Territórios do Cuidado não podem ser apenas um apêndice das políticas habitacionais, mas devem interpelar o orçamento estatal e a gestão intersetorial para não se tornarem apenas retórica tecnocrática.

Conclui-se que a habitação pensada como infraestrutura de cuidado é um instrumento de resistência às dinâmicas do Capitaloceno. O desafio reside em superar a lógica de investimento que vê a cidade como ativo, para consolidar uma governança do cuidado que reconheça a interdependência entre corpos e territórios como o fundamento da justiça espacial.

Em síntese, os *Territórios do Cuidado* apresentam-se como alternativa crítica ao urbanismo patriarcal e excludente. Ao recentrar a vida — e não o mercado — como unidade de valor, essa abordagem oferece caminhos concretos para produzir um habitat justo, equitativo e sustentável. Mais do que erguer casas em territórios desconectados, trata-se de construir territórios habitáveis, redes comunitárias ativas e cidades que acolham, protejam e potencializem a reprodução social da vida.

Referências

- ALVAREZ, Sonia. *Feminismos plurais e insurgentes na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BATTHYÁNY, Karina. Perspectivas actuales y desafíos del Sistema de Cuidados en Uruguay. In: *Las fronteras del cuidado: agenda, derechos e infraestructura*. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2013.
- BATTHYÁNY, Karina; PERROTTA, Valeria. *Políticas de cuidado en América Latina: avances y desafíos*. Montevideo: UNFPA, 2023.
- CEPAL; ONU MUJERES. *Hacia un sistema integral de cuidados: debates, experiencias y propuestas para América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2021.
- FALÚ, Ana. *Ciudades feministas: transformando espacios, justicia social y vida cotidiana*. Buenos Aires: Biblos, 2023a.
- FALÚ, Ana. Women in the city: on violence and rights. *Environment and Urbanization*, London, v. 21, n. 2, p. 307–322, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0956247809339656>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- FALÚ, Ana. Os cuidados na intersecção com o tempo, o espaço e as condições dos territórios onde habitam as mulheres. *Participamos, Transformamos*, n. 3, 2023b.

FISHER, Berenice; TRONTO, Joan C. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, Emily K.; NELSON, Margaret K. (Ed.). *Circles of care: work and identity in women's lives*. Albany: State University of New York Press, 1990. p. 35–62.

GOMES, Norma G. U. *A voz das mulheres na teoria do urbanismo: uma análise crítica dos guias de urbanismo feminista*. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3UOL5vH>. Acesso em: 10 nov. 2025.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

INSTITUTO PÓLIS. *Territórios do cuidado: direito à cidade a partir das experiências das mulheres*. São Paulo: Instituto Pólis, 2021. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/territorios-do-cuidado>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LABCIDADE. *Quem cuida da cidade? Gênero e desigualdades urbanas*. São Paulo: FAUUSP, 2020. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LEITE, Gabriela; SANTORO, Paula. O cuidado como infraestrutura: proposições para uma política urbana feminista. In: INSTITUTO PÓLIS (Org.). *Caderno Territórios do Cuidado*. São Paulo: Instituto Pólis, 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/territorios-do-cuidado>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MAZZOLA, Rocío. *Infraestructuras de los cuidados: una mirada feminista sobre el hábitat y las políticas urbanas*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento; CLACSO, 2023.

MASSEY, Doreen. *For Space*. London: Sage, 2005.

MUXÍ, Zaida. *Contra la guerra del urbanismo: construyendo ciudades cuidadoras*. Barcelona: Tigre de Paper, 2023a.

MUXÍ, Zaida. *Urbanismo feminista: por uma transformação radical dos espaços de vida*. São Paulo: Editora Elefante, 2023b.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida; CASANOVAS, Roser; CIOCOLETTO, Anna; FONSECA, Marta; GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca. *¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?* [Documento de trabalho]. Barcelona, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Gênero e cidade: experiências urbanas de mulheres nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTORO, Paula. Produção da cidade e reprodução da vida: aportes feministas para pensar as políticas urbanas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 385–407, 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4604>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SANTORO, Paula. *Urbanização, desigualdades e justiça espacial: desafios para políticas urbanas no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 2019b.

SOMEKH, Nádia; FREGONEZI, Bruna; DEL'ARCO, Guilherme. Urbanismo corporativo/urbanismo cooperativo: uma gestão responsável em São Paulo é possível? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 38, n. 111, p. 199–215, 2024.

THE CARE COLLECTIVE. *The care manifesto: the politics of interdependence*. London: Verso, 2020.

TRONTO, Joan. *Caring Democracy: Markets, Equality and Justice*. New York: NYU Press, 2013.

UN-HABITAT. *Gender issue guide: urban planning and design*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2013.